



## Ata da 7ª Sessão Plenária Ordinária de 2015

### Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP

1  
2  
3 Aos 16 de julho de 2015, nas dependências da UNIP - Prédio Vergueiro, situado à Rua Apeninos,  
4 nº 267, Auditório, 4º andar, São Paulo - SP, teve início às 15h10 com a presença de 58 (cinquenta  
5 e oito) conselheiros: sendo 53 (cinquenta e três) conselheiros titulares e 5 (cinco) suplentes de  
6 conselheiro titular, a 7ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de  
7 São Paulo - CAU/SP, sob a direção do Presidente do conselho **GILBERTO SILVA DOMINGUES**  
8 **DE OLIVEIRA BELLEZA**. Encontravam-se no exercício da titularidade 4 (quatro) suplentes de  
9 conselheiro titular, sendo: Alan Silva Cury, Anderson Kazuo Nakano, José Alfredo Queiroz dos  
10 Santos e Douglas Ellwanger. A Sessão Plenária contou ainda com a presença do conselheiro  
11 federal titular do CAU/BR por São Paulo Renato Luiz Martins Nunes, do conselheiro federal  
12 suplente do CAU/BR por São Paulo Luiz Augusto Contier e do ouvidor do CAU/SP Affonso Risi. **A)**  
13 **VERIFICAÇÃO DO QUÓRUM:** Foi verificado quórum de 54 (cinquenta e quatro) conselheiros  
14 entre titulares e suplentes no exercício da titularidade, conforme consta presença confirmada  
15 através do ponto eletrônico e lista de presença. Para compor à Mesa, o Presidente convidou o  
16 vice-presidente Valdir Bergamini, o conselheiro federal titular do CAU/BR por São Paulo Renato  
17 Luiz Martins Nunes e o ouvidor do CAU/SP Affonso Risi. **B) ABERTURA DA 7ª SESSÃO**  
18 **PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/SP DE 2015. C) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**  
19 **BRASILEIRO.** O Presidente informou que como já havia sido realizada a execução do Hino  
20 Nacional Brasileiro na presente data, não haveria necessidade de uma nova execução. O  
21 conselheiro titular **ÉDERSON DA SILVA** solicitou ao Presidente a inversão da ordem do dia  
22 passando para os primeiros itens o item 4 e item 6 relativos à Comissão de Ética informando que  
23 tanto ele quanto o conselheiro titular Nilson Ghirardello também integrante da comissão, só  
24 poderiam estar presentes à Plenária até às 17h. O Presidente colocou o pedido de inversão da  
25 ordem do dia em votação, que foi aprovado com 50 (cinquenta) votos favoráveis, 3 (três)  
26 contrários e 1 (uma) abstenção. **D) APROVAÇÃO DA ATA DA 6ª SESSÃO PLENÁRIA**  
27 **ORDINÁRIA DE 18/06/2015.** O conselheiro titular **RONALD TANIMOTO CELESTINO** solicitou  
28 que a palavra “autuação” constante às linhas 303 fosse alterada para palavra “atuação”, e que às  
29 linhas 772 constasse o nome do arquiteto Eduardo Kneese de Melo. Não havendo mais  
30 manifestações, o Presidente colocou a aprovação da ata em votação, que foi aprovada por  
31 unanimidade. **E) INFORMES DO PRESIDENTE.** O Presidente informou que os Grupos de  
32 Trabalhos e as Comissões Especiais já foram instalados e iniciaram seus trabalhos, alguns já  
33 apresentaram texto que está sendo divulgado no site do CAU/SP. Declarou que o CAU/SP tem  
34 recebido reclamações de vários profissionais informando que algumas concessionárias de energia  
35 não estão aceitando RRTs de arquitetos e urbanistas, sendo assim, o CAU/SP, juntamente com  
36 seu Departamento Jurídico, notificou todas as concessionárias de energia alegando que não há  
37 motivo para recusa de RRT dos profissionais e que isso está divulgado no site e nas mídias  
38 sociais. Informou que o CAU/SP irá contratar um estagiário na área de comunicações para



39 acompanhar todas as comunicações oriundas de mídia eletrônica, como: sites, redes sociais, etc.  
40 Informou que ocorreu na Câmara dos Deputados, na semana anterior, o 3º Seminário Legislativo,  
41 onde foram levantadas todas as legislações que interferem na atuação dos profissionais de  
42 arquitetura e urbanismo. Estavam presentes ao seminário vários deputados, principalmente os  
43 deputados arquitetos. Existem no Congresso Nacional 5 (cinco) deputados arquitetos e o CAU/BR  
44 tem feito um trabalho bastante positivo junto a eles no sentido de aproximá-los do conselho, e eles  
45 têm realizado um papel bastante importante de interlocução entre CAU/BR e Congresso Nacional.  
46 Solicitou que os conselheiros acompanhem as informações referentes às emendas das  
47 legislações que os deputados têm apresentado com as manifestações do CAU/BR. Declarou que  
48 foram divulgadas, tanto no site do CAU/BR como no site do CAU/SP, as legislações que  
49 interferem na aprovação de novas profissões. Informou que o CAU/BR está acompanhando a  
50 aprovação da criação do profissional de designer, já aprovada pela Câmara dos Deputados e  
51 encaminhada ao Senado. Informou que os deputados têm dado um apoio muito importante ao  
52 CAU/BR na reformulação da Lei de Licitações. Declarou que o seminário serviu para levar aos  
53 representantes dos CAUs das unidades federativas a contribuição de cada um, no sentido de  
54 apresentar propostas modificativas e qualificação de quais são os pontos mais importantes para  
55 os arquitetos. Informou que o CAU/BR solicitou contribuições para mudança do seu Regimento  
56 Interno e os conselheiros que tiverem interesse em contribuir devem encaminhá-las para a  
57 Comissão de Legislação e Normas para que seja encaminhado ao CAU/BR. Informou que foi  
58 encaminhado a todas as Prefeituras do Estado de São Paulo um informe da notificação com  
59 relação à Resolução 51 e as atribuições específicas dos arquitetos. O CAU/SP, através da  
60 Diretoria Técnica, está iniciando visitas a todos os dirigentes municipais para informar as  
61 atribuições dos profissionais, o que é uma sistemática importante, porque mesmo que o CAU não  
62 entre em discussões com o CREA a respeito das atribuições dos engenheiros é uma publicidade  
63 positiva que é feita da legislação do CAU. Declarou que o CAU não pretende entrar em conflito  
64 com o CREA, pelo contrário, objetiva um bom relacionamento entre as autarquias. A apresentação  
65 e o encaminhamento a todas as prefeituras servem de um processo instrutivo na demonstração  
66 das resoluções, legislação e todo procedimento. Declarou que a partir do momento que o CAU/SP  
67 noticiou no site o encaminhamento às prefeituras houve uma reação imediata do CREA que  
68 divulgou em seu site que irão manter atribuição dos engenheiros na assinatura da ART de projeto  
69 arquitetônico, sendo assim, não cabe ao CAU responder esse tipo de manifestação, mas dar  
70 publicidade as ações realizadas de uma maneira transparente. Informou aos colegas que na  
71 recepção da presente Plenária todos os conselheiros receberam o bôton do CAU/SP e um  
72 aparelho de ponto eletrônico para votação, àqueles que ainda não estiverem de posse do bôton  
73 devem procurar o pessoal de apoio para retirada do mesmo. Informou que na data anterior foi  
74 divulgado que o CAU/MG ganhou e cassou a única liminar ainda existente contra a Resolução 51  
75 impetrada pelo CREA/MG, sendo assim, a Resolução 51 está totalmente liberada para ser  
76 aplicada e qualquer manifestação contrária oriunda de qualquer CREA não é verdadeira. Informou  
77 que o CREA/ES divulgou em sua página uma informação dizendo que os arquitetos não têm



78 capacidade de fazer projeto arquitetônico e que a sociedade corre risco com projetos feitos pelos  
79 arquitetos, o que gerou uma grande manifestação nas redes sociais, chegando à cobrança pelos  
80 profissionais de uma atitude do CAU/SP. O CAU/SP entrou em contato com o CAU/ES para que  
81 eles se manifestassem a respeito. O CAU/ES se manifestou de maneira bastante contundente  
82 criticando a alegação do CREA/ES, o que resultou numa decisão liminar determinando a retirada  
83 de qualquer crítica aos arquitetos em sites do CREA/ES. Declarou que esse fato só demonstra  
84 que ainda existe resistência que o CAU enfrentará durante um bom tempo, mas o CAU está  
85 empenhado a transmitir para toda sociedade as capacitações dos arquitetos de uma maneira  
86 bastante pública, sem entrar em nenhuma polêmica. Informou que houve a reabertura da  
87 chamada de patrocínio, pois na primeira não foi utilizada toda arrecadação que o CAU/SP tinha de  
88 verba para ser alocada, e que o mesmo se encontra encerrado e julgado, sendo os projetos  
89 contemplados: a Associação de Engenheiros e Arquitetos de Cotia com o valor de R\$ 15.000,00  
90 (quinze mil reais) para o Projeto do Código de Obras de Cotia; a Secretaria Municipal de  
91 Desenvolvimento Urbano com o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para revisão dos Planos  
92 Regionais da Subprefeitura; a Associação de Engenheiros e Arquitetos Agrônomos de São Carlos  
93 com o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para Mostra de Arquitetura da Associação de  
94 Engenheiros e Arquitetos de São Carlos; o Núcleo de Franca do IAB com o valor de R\$ 15.000,00  
95 (quinze mil reais) para cartilha “Por que contratar um arquiteto e urbanista?”; a Associação dos  
96 Engenheiros e Arquitetos do ABC com o valor de R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais) para  
97 Arquitetura e Vila de Paranapiacaba; Peabiru com o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para o  
98 Congresso Estadual de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social; Associação dos  
99 Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Suzano com o valor de R\$ 14.900,00 (quatorze mil e  
100 novecentos reais) para o curso arquitetura e urbanismo; a USINA com o valor de R\$ 15.000,00  
101 (quinze mil reais) de patrocínio para impressão de publicação “Usina entre o projeto e o canteiro”;  
102 o Sindicato de Arquitetos de São Paulo com o valor de R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais)  
103 para o Encontro Estadual de Arquitetos; e o Núcleo do IAB de Campinas com o valor de R\$  
104 15.000,00 (quinze mil reais) para Identidade Arquitetônica do Patrimônio Municipal de Campinas.  
105 Lembrou a todos que ainda na pauta do dia haverá a apresentação e aprovação do patrocínio  
106 especial que será julgado pelos conselheiros. O conselheiro titular **VICTOR CHINAGLIA JUNIOR**  
107 questionou se a prefeitura estava solicitando dinheiro ao CAU/SP. O Presidente informou que foi  
108 através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano para um projeto de revisão dos  
109 Planos Regionais de Subprefeituras, essa solicitação causou estranhamento à Comissão  
110 julgadora, mas como não havia nenhum item no edital com a proibição de órgãos públicos, foi  
111 cedido o patrocínio, porém, para as próximas edições, constará em edital esse item com a  
112 proibição. O conselheiro titular **VICTOR CHINAGLIA JUNIOR** declarou que há dois anos estão em  
113 estado de greve na prefeitura por questões salariais, que a prefeitura está desmontando a  
114 arquitetura pública na cidade de São Paulo, e CAU/SP está patrocinando seu almoz. O Presidente  
115 passou a palavra para o conselheiro federal titular **RENATO LUIZ MARTINS NUNES** que  
116 cumprimentou a todos, justificou sua ausência na última reunião e agradeceu a comunicação e



117 apoio recebido. Informou chamar sua atenção à extrema diferença de representações, com a  
118 existência de conselhos com 5 (cinco) conselheiros, outro com 10 (dez) conselheiros, os maiores  
119 com uma média de 12 (doze) conselheiros e São Paulo com 60 (sessenta) conselheiros, sendo  
120 assim, os pontos que são levantados têm que ser decididos de uma maneira genérica para o  
121 Brasil inteiro, entretanto, as reações são muito diferentes. Trabalhar esse universo tão  
122 diversificado tem sido uma experiência nova, interessante sobre alguns aspectos e complicada  
123 noutros. Decisões que para o CAU/SP são óbvias para alguns estados parece uma coisa de outro  
124 mundo, desse modo, aos poucos todos compreendem isso. Declarou que a reserva técnica está  
125 dando uma grande perturbação nos escritórios. Ressaltou que a Comissão de Ética do CAU/BR  
126 levantou esse aspecto para poder interpretar o que está acontecendo, por conta de muitas  
127 reclamações de arquitetos que não conseguem projetos porque os projetos são feitos de graça por  
128 muitos escritórios em troca da reserva técnica. Informou que um dos temas do seminário,  
129 informado pelo Presidente anteriormente, foi essa questão de reserva técnica, que já vem sendo  
130 abordada no CAU/BR, através de uma campanha nacional que vem sendo trabalhada. Já foram  
131 realizadas várias reuniões para discussão dessa campanha, que está sendo coordenada pelo  
132 jornalista assessor de imprensa do CAU/BR Júlio Moreno e por uma empresa contratada através  
133 de licitação. Depois de muitas conversas e ajustes, essa campanha vai ser feita em 3 (três)  
134 etapas, em que de uma para outra existe um prazo para medir, refletir e corrigir o que tem que ser  
135 corrigido, porque houve sempre muita insegurança em iniciar a campanha. Uns diziam que o CAU  
136 estava atirando no próprio pé, que era colocar os escritórios de arquitetura como bandidos, que  
137 não é uma coisa que se possa defender; por outro lado, muitos escritórios estão absolutamente  
138 sem trabalho em sociedade por conta disso. Declarou que em alguns estados, o Presidente do  
139 CAU foi ameaçado de morte se levasse a campanha à frente, por alguns escritórios; já em outros  
140 estados, ela é tranquila e não há discussão. Disse que o Estado de São Paulo, que é o maior  
141 colégio eleitoral e o maior colégio de profissionais, terá muita munição contrária. Explicou que a  
142 primeira etapa da campanha será destinada aos arquitetos, exclusivamente aos estudantes de  
143 arquitetura para trabalharem o significado do que é e não é reserva técnica. No segundo  
144 momento, depois de um exame do resultado da primeira etapa, será realizada uma campanha  
145 junto aos fornecedores, as indústrias e as lojas de material de construção no sentido de instruir  
146 que a reserva técnica é uma grande mentira sobre todos os aspectos. Declarou que a pessoa que  
147 inventou as palavras reserva técnica é um gênio do marketing, porque ele pegou o sentido de  
148 gorjeta, propina ou jabá e sofisticou, criando um eufemismo, uma mentira que apresenta um ato  
149 discutível, como uma palavra de alto significado formal. Reserva técnica está reservando o quê?  
150 Que técnica é essa? Por chamar reserva técnica, o cliente acaba achando que a cobrança é justa.  
151 Informou que existem grandes escritórios que vivem disso, dessa mentira. Chega a ser um  
152 problema comercial, mas o maior problema mesmo é que os arquitetos que querem cobrar tabela,  
153 metade da tabela ou fazer uma negociação de honorários a partir dos valores de referência da  
154 tabela não conseguem porque os clientes não pagam, porque esses profissionais aceitam fazer o  
155 trabalho de graça porque vai ganhar 10% (dez por cento) de reserva técnica. Aquela velha prática





156 que o CAU quer agora é reestimular de o profissional levar um cliente, e já que toda loja tem uma  
157 promoção, e transferir essa promoção para o cliente. Essa é uma atitude positiva, a presença do  
158 arquiteto na negociação, o que não vende a sua imagem, não compromete a sua responsabilidade  
159 e é uma aproximação saudável do ponto de vista comercial. A terceira etapa será a sociedade,  
160 levar ao público toda essa questão. A campanha está prevista para o final do ano e será uma  
161 campanha nacional, através de revistas de arquiteturas num primeiro momento e depois a grande  
162 imprensa, há recursos para essa campanha e está sendo trabalhado nesse sentido. A ideia de  
163 colocar essa informação é porque é um assunto que vai mexer com todos no Estado de São Paulo  
164 e as associações de engenheiros e arquitetos de cada estado vão ter de batalhar essa discussão  
165 em seus espaços, porque é um hábito que ficou muito normal entre os engenheiros e arquitetos.  
166 Declarou que outro ponto que está sendo discutido em Brasília é se os processos que são pegos  
167 pela fiscalização sem RRT devem ir para Comissão de Ética ou para outra comissão, depois de  
168 um estudo sobre o tema, o CAU/BR quer acertar isso nacionalmente. Disse que é de opinião que  
169 o problema é exclusivamente ético, o não recolhimento não tem que passar por outra comissão, o  
170 texto da lei fala em: Registro de Responsabilidade Técnica, o que prevalece é o registro. O  
171 pagamento é uma taxa de expediente, não pagar uma taxa de expediente impede que aquele  
172 processo vá à frente. Essa taxa é referente a um registro de responsabilidade para formalizar o  
173 acervo do profissional e a responsabilidade pelo serviço executado. É um compromisso do  
174 CAU/BR ajustar em nível nacional a comissão que ficará responsável pelos casos de não  
175 recolhimento de RRTs. Declarou que outra informação de interesse é a implantação do SICCAU, o  
176 que é uma novidade, pois não existe em nenhum lugar, e como membro da Comissão de Serviços  
177 Compartilhados, informou que uma vez por mês a comissão traça as diretrizes para resolução de  
178 problemas referentes ao SICCAU. Um dos problemas mais frequentes é a necessidade de  
179 certidão de conduta, porque o arquiteto faz uma inscrição num trabalho, ou no exterior, e é muito  
180 comum a solicitação do arquiteto de um documento que ateste o seu comportamento profissional.  
181 A responsabilidade de emissão desse documento é da Comissão de Ética, onde as comissões,  
182 em cada estado não teriam condições de emitir tal documento, para isso está sendo criado o  
183 Módulo Ético, que vai ser implantado a partir do dia 31 do decorrente mês. Esse Módulo Ético é  
184 nacional, toda a vida do profissional será registrada no sistema, que será operado nacionalmente  
185 por um delegado indicado por cada CAU, só ele terá acesso às informações, porque são de  
186 caráter pessoal da vida profissional de cada um. Ressaltou que essas informações vão permitir à  
187 Comissão de Ética, responsável pela análise dos problemas, tenha uma visão imediata do  
188 comportamento profissional. Acrescentou a necessidade de paciência com o sistema, que ainda  
189 possui necessidades de ajuste e maiores facilidades. Por fim, informou que existe uma comissão  
190 trabalhando intensamente na homologação dos Regimentos Internos dos CAUs. Declarou que o  
191 regimento do CAU/SP, que está em estudo, é o que mais chamou atenção, por ser totalmente  
192 diferente do que esperava em alguns aspectos. Sendo a maior preocupação a dimensão dos  
193 pontos que vão ser abordados no regimento. Com relação à Resolução 51, informou que ela está  
194 sendo bem aceita em alguns locais e absolutamente metralhada noutros, mas isso o CAU/BR



195 entende que é uma coisa que não podia ser de outra maneira, principalmente depois de tantos  
196 anos trabalhando de outra forma. Considerou que com o tempo, todos esses itens irão se  
197 ajustando e finalizou sua fala. O conselheiro titular **ROGERIO BATAGLIESI** declarou que o que  
198 tem visto ao longo desses anos com relação à reserva técnica é que essas ações acabam não  
199 funcionando. Informou que quando uma empresa paga uma reserva técnica para um profissional,  
200 ela está agindo ilicitamente, desse modo, deveria ser acionado o CADE (Conselho Administrativo  
201 de Defesa Econômica). Saliu que essa parte de conscientização junto aos arquitetos, através  
202 dos meios de comunicação, parece inócua, porque já foram feitas algumas vezes sem resultado.  
203 Quanto à fase da conversa junto aos fornecedores, disse que tem ser tomada uma atitude mais  
204 veemente, veemente no sentido de que a empresa que usa dessa ação tem que ser punida. A  
205 conselheira titular **MARCIA MALLET MACHADO DE MOURA** solicitou que fossem colocadas nas  
206 páginas dos arquitetos do SICCAU as fotos dos profissionais para que eles sejam identificados no  
207 momento da contratação e evite fraudes de profissionais que se passam por outros. A conselheira  
208 titular **VERA SANTANA LUZ** informou que a Plenária realizou 3 (três) e que cada vez que a  
209 Plenária julga um colega de profissão por uma eventual infração ou por uma questão ética, o  
210 conselho acaba sendo responsável também perante a sociedade. Declarou que a profissão do  
211 arquiteto contém responsabilidades muito grandes, haja vista, os processos que foram julgados na  
212 presente data. Informou que há a necessidade de uma campanha que exponha o que é um  
213 arquiteto, o que ele pode fazer para um trabalho social, desde uma habitação unifamiliar até  
214 trabalhos de maior complexidade. O conselheiro titular **RONALD TANIMOTO CELESTINO**  
215 reiterou que já havia dito nas Plenárias anteriores que a campanha deve ser contundente, no  
216 sentido de ser bem clara a mensagem passada. Concordou com o conselheiro Rogerio Batagliesi  
217 que é um trabalho muito difícil porque essa prática já se encontra enraizada na sociedade.  
218 Declarou que pensa e acredita que o CAU pode ter um tipo de campanha bem forte, em alto e um  
219 tom mais elevado como existe nas redes sociais hoje em dia. Informou que o tipo de mensagem  
220 que tem que ser passada para quem estiver contratando um profissional é a seguinte: “Você sabia  
221 que a sua obra pode ficar até 40% mais barata se não existisse reserva técnica?”. O Presidente  
222 informou que o conselheiro Renato Nunes é integrante da Comissão de Ética do CAU/BR e na  
223 presente data foram julgados 3 (três) processos de origem da Comissão de Ética, desse modo,  
224 solicitou que o CAU/BR e a Comissão de Ética se manifestassem nas decisões adotadas pelo  
225 CAU/SP do ponto de vista de julgamento e prazo, bem como na implantação de procedimentos de  
226 quem irá aplicar a penalidade e quem deve se manifestar no processo de julgamento. Após  
227 passou a palavra para o conselheiro federal titular **RENATO LUIZ MARTINS NUNES** que informou  
228 que o CAU/BR está atento às colocações realizadas pelo Presidente, por força de uma série de  
229 divergências, e em breve divulgará uma solução para que seja discutida nacionalmente qual é a  
230 melhor maneira para solucionar os problemas apresentados. Quanto à exposição do conselheiro  
231 Batagliesi informou que quem teve a oportunidade de participar do seminário legislativo pode  
232 verificar que houve um Grupo de Trabalho, do qual fez parte, em que o tema foi corrupção entre  
233 particulares. Participou do seminário também um procurador-geral da República, que está



234 conduzindo a revisão do Código do Processo Civil, que declarou que só se pode punir quem a lei  
235 disser que está enquadrado numa determinada infração, para o caso de reserva técnica não há  
236 nenhum dispositivo legal de lei que diga que é crime, mas que se comprometeu a trabalhar nesse  
237 sentido. Estava presente também um deputado arquiteto que mencionou que outro caminho para  
238 se discutir a reserva técnica é o Código de Defesa do Consumidor, que de uma certa maneira  
239 enquadra tal conduta. Informou que o procurador-geral declarou que não se configurando nenhum  
240 prejuízo a ninguém não pode se caracterizar como crime. Declarou que tudo isso é muito  
241 subjetivo, porque todos sabem que há prejuízo. Desse modo, o CAU/BR já está trabalhando no  
242 sentido de colocar o assunto no nível de reformulação do Código do Processo Civil para que a  
243 prática seja caracterizada como crime. Enquanto isso através da campanha, o CAU/BR irá  
244 trabalhar com agressividade nesse ponto. Expos ao conselheiro Ronald que os termos da  
245 campanha que estão sendo pensados e estudados são bastante contundentes em alguns  
246 aspectos. O Presidente passou para o próximo item substituído da ordem do dia. **4)**  
247 **PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSOS ÉTICOS.** O Presidente  
248 realizou a leitura dos processos com pedido de prorrogação que são: processo  
249 1000008587/2014, denunciado Edevaldo Polizeli; processo 1000003913/2013, denunciado Julio  
250 Eduardo Bouvier; processo 1000003097/2013, denunciada Lourdes de Campos, processo  
251 1000007546/2014, denunciada Márcia de Paula Santos Santiago; processo 1000001612/2013,  
252 denunciada Maria Lucila Celestino; processo ED – 02/2015, denunciado Moyses Barboza da Silva;  
253 processo 1000006779/2014, denunciado Nilton Fernando Soranz Oliveira; e processo  
254 1000006784/2014, denunciado Péricles Pedroso Garcia. Após a leitura, o Presidente passou a  
255 palavra para a conselheira titular **ROSANA FERRARI** que explicou que pela Resolução 73 esses  
256 processos teriam 120 (cento e vinte) dias de prazo para serem encerrados, prorrogáveis para mais  
257 120 (cento e vinte) dias como prevê a lei. Informou que não estava de posse de todos os  
258 processos para declarar o que aconteceu com cada um, mas de forma geral alguns deles foram  
259 enviados através do CREA e foram passados da Comissão de Ética da gestão anterior para a  
260 nova gestão. Com o período para a nova comissão ser eleita, envio e aguardo de comunicações e  
261 respostas, o prazo dos processos se expirou. Declarou que existiam vários processos que não  
262 poderia aguardar porque o prazo estava para expirar, desse modo, a Comissão de Ética passou à  
263 frente esses processos com prazos menores para que os prazos fossem cumpridos. Contudo,  
264 foram selecionados os processos citados para pedido de prorrogação, conforme citados. Não  
265 havendo nenhuma manifestação dos conselheiros, o Presidente colocou o item em votação, que  
266 foi aprovado com 50 (cinquenta) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.  
267 **6) APROVAÇÃO DE DOIS MEMBROS SUBSTITUTOS PARA A COMISSÃO PERMANENTE DE**  
268 **ÉTICA E DISCIPLINA.** O Presidente informou que como já havia sido aprovada a ampliação da  
269 Comissão de Ética de 5 (cinco) para 7 (sete) membros, automaticamente os 2 (dois) membros  
270 suplentes assumiram a titularidade, sendo assim, é necessário que seja apresentado 2 (dois)  
271 novos membros para assumirem a suplência da comissão. O Presidente passou a palavra aos  
272 conselheiros para sugestão de nomes. O conselheiro titular **ALTAMIR CLODOALDO**



273 **RODRIGUES DA FONSECA** sugeriu o conselheiro Éder Roberto da Silva para ocupar a vaga de  
274 primeiro substituto. O conselheiro titular **CARLOS ALBERTO SILVEIRA PUPO** sugeriu o  
275 conselheiro Eduardo Habu. Após debaterem como seria feita a votação das indicações, o  
276 Presidente informou a todos os conselheiros que a votação ficou definida para aprovação do  
277 conselheiro Éder Roberto da Silva, para primeiro suplente, e o do conselheiro Eduardo Habu, para  
278 segundo suplente. Com a aceitação de todos os conselheiros, colocou o item em votação, que foi  
279 aprovado com 46 (quarenta e seis) votos favoráveis, nenhum voto contrário e 6 (seis) abstenções.

280 **1) APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA REPACTUAÇÃO / 1ª REFORMULAÇÃO DO PLANO**  
281 **DE AÇÃO E ORÇAMENTO DO CAU/SP – 2015.** O funcionário do CAU/SP coordenador de  
282 orçamento e contas **MESAQUE SILVA DE ARAÚJO** informou que o material foi enviado a todos  
283 os conselheiros e fez uma breve apresentação sanando eventuais dúvidas que os conselheiros  
284 acharem importantes. Declarou que a receita atualmente está em R\$ 20.951.000,00 (vinte milhões  
285 e novecentos e cinquenta e um mil reais) e o total de projeto está em R\$ 11.000.000,00 (onze  
286 milhões de reais), perfazendo um total de gastos com despesas corrente e projeto de R\$  
287 32.335.100,00 (trinta e dois milhões e trezentos e trinta e cinco mil e cem reais). Desse modo, a  
288 proposta é o incremento de 2.429.000,00 (dois milhões e quatrocentos e vinte e nove mil reais),  
289 passando para uma receita corrente de 34.764.590,00 (trinta e quatro milhões e setecentos e  
290 sessenta e quatro mil e quinhentos e noventa reais), exatamente 7,51% (sete inteiros e cinquenta  
291 e um centésimos por cento) para o ano de 2015, com a possibilidade de mais uma repactuação. A  
292 conselheira titular **BERTHELINA ALVES COSTA** declarou que recebeu o plano financeiro e  
293 econômico, mas não viu um plano de ação para fazer uma amarração com o plano financeiro.  
294 Sugeriu que na próxima Plenária fossem apresentados os planos de ações das comissões e  
295 Grupos de Trabalhos para o ano todo e, além disso, fossem postados no site do CAU/SP esses  
296 planos de ações. Propôs para o orçamento de 2016, a criação de um calendário para que sejam  
297 apresentados os planos estratégicos das comissões e Grupos de Trabalho para o ano de 2016. O  
298 Presidente concordou com a colocação da conselheira Berthelina, e declarou que os planos de  
299 ação estão contemplados na proposta, o problema é que não está sendo explicado o que é. Desse  
300 modo, pediu que para próxima apresentação em cada plano de ação de cada diretoria, comissão,  
301 Grupo de Trabalho seja demonstrado um pequeno resumo do que se trata o plano de ação para o  
302 melhor entendimento dos conselheiros. O funcionário coordenador de orçamento e projetos  
303 **MESAQUE SILVA DE ARAÚJO** parabenizou a conselheira Berthelina Alves Costa porque ela vai  
304 exatamente de encontro com aquilo que a CPOC procura efetuar. Informou que para cada um dos  
305 valores apresentados foi elaborado um plano de ação, por orientação do CAU/BR. Declarou que  
306 foi realizado esse alinhamento com o planejamento estratégico das metas que o CAU/BR  
307 apresentou para todos os CAUs do Brasil, respeitado inclusive como prioridade à fiscalização e à  
308 valorização da arquitetura enquanto profissão no Brasil, e esse plano de ação tem exatamente um  
309 cronograma de cada ação que foi proposta. Informou que se o Presidente junto à Diretoria  
310 Executiva acharem que há necessidade todos os planos poderão ser publicados no site do  
311 CAU/SP. Explicou que se a repactuação for aprovada na Plenária a ideia é que todos os





312 responsáveis pelos planos assinem por eles para o arquivamento de uma pasta física assinada  
313 com todos os documentos existentes por meios eletrônicos, que também poderão ser publicados  
314 no site do CAU/BR. O conselheiro titular **EDSON JORGE ELITO** declarou que não é possível que  
315 o CAU/SP continue sem saber o que acontece com o recolhimento de RRT porque o SICCAU é  
316 fechado para o CAU/BR. Informou que o CAU/SP precisa ter acesso à qualidade dos RRTs para  
317 que possam descobrir o motivo de seu aumento nos últimos meses. Solicitou ao conselheiro  
318 federal Renato Luiz Martins Nunes que reforce junto ao CAU/BR a abertura do cadastro do CAU  
319 para os CAUs UF. O Presidente informou que o preocupa muito a arrecadação do CAU/SP com  
320 relação à situação econômica atual. Declarou que a arrecadação do CAU/SP com anuidade de  
321 pessoa física está em queda. Nos dias atuais, o CAU/SP tem algo em torno de 5% (cinco por  
322 cento) a 7% (sete por cento) menos de arrecadação de pessoa física do que no ano anterior;  
323 pessoa jurídica 1% (um por cento) a 2% (dois por cento) a mais; e a maior diferença se refere ao  
324 RRT que está com valor maior, algo em torno de 8% (oito por cento) a 10% (dez por cento).  
325 Declarou que toda essa repactuação está sujeita a essas arrecadações nos próximos meses, por  
326 esse motivo, o coordenador Mesaque comentou da repactuação que pode acontecer em outubro,  
327 em decorrência de o CAU/SP ter uma maior avaliação de como estão entrando os pagamentos de  
328 RRTs. Não havendo mais manifestações, o Presidente colocou a repactuação/1ª formulação em  
329 votação, que foi aprovada com 46 (quarenta e seis votos) favoráveis, nenhum voto contrário e  
330 nenhuma abstenção. **2) APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO BALANCETE TRIMESTRAL**  
331 **(PERÍODO DE ABRIL A JUNHO) DO CAU/SP.** O conselheiro titular **SILVIO JOHN HEILBUT** fez  
332 uma apresentação de forma sucinta do balancete trimestral. Não havendo manifestações, o  
333 Presidente colocou o item em aprovação, que foi aprovado com 40 (quarenta) votos favoráveis,  
334 nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. O funcionário coordenador de orçamento e contas  
335 **MESAQUE SILVA DE ARAÚJO** solicitou a palavra ao Presidente e agradeceu a todos que  
336 estiveram envolvidos no processo da repactuação e da reformulação, em especial, aos  
337 funcionários e as equipes técnicas das áreas que participaram ativamente da CPOC e o  
338 departamento de gestão financeira. **3) APROVAÇÃO DOS PROJETOS DE PATROCÍNIOS**  
339 **ESPECIAIS SELECIONADOS EM RAZÃO DA CHAMADA PÚBLICA DE PATROCÍNIO EDITAL**  
340 **002/2015.** O Presidente explicou que o patrocínio especial é todo patrocínio que é solicitado acima  
341 de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e é a Plenária que aprova os patrocínios especiais. Informou que  
342 o Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo solicitou o valor de R\$ 550.000,00  
343 (quinhentos e cinquenta mil reais) para organização da Bienal Internacional de Arquitetura e a  
344 Comissão de Seleção indicou a necessidade de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) possíveis  
345 para serem aplicados na Bienal. O Presidente realizou uma rápida leitura do pedido de patrocínio  
346 aos conselheiros. O conselheiro titular **SILVIO JOHN HEILBUT** indagou se essa quantia for  
347 aprovada, como o CAU/SP terá controle sobre esse gasto, se os conselheiros podem participar da  
348 organização da Bienal e se o valor será liberado de uma vez ou em parcelas. O conselheiro titular  
349 **VICTOR CHINAGLIA JUNIOR** perguntou se foi apresentada a certidão negativa de débitos do  
350 IAB/SP para mostrar a legalidade do empréstimo. O Presidente respondeu que toda



351 documentação foi apresentada e passou a palavra para a funcionária coordenadora de Convênios  
352 e Parcerias **SANDRA OLIVEIRA** que reiterou que toda a documentação foi apresentada. Quanto à  
353 pergunta do conselheiro Silvio explicou que existe um manual de prestação de contas, que é todo  
354 pautado pelas normas do Tribunal de Contas da União, onde toda a documentação referente às  
355 despesas será verificada a autenticidade. O conselheiro titular **SILVIO JOHN HEILBUT** informou  
356 que não é essa a dúvida, que tem certeza que o processo será legal. Perguntou se o CAU/SP irá  
357 acompanhar se o dinheiro será aplicado naquilo que está sendo informado. A funcionária  
358 coordenadora de Convênios e Parcerias **SANDRA OLIVEIRA** informou que todas as notas fiscais  
359 que eles emitirão justificando os valores terão que mencionar o projeto em questão, que assim que  
360 autorizado e assinado o contrato o dinheiro é pago de uma vez, e que existe um cronograma de  
361 gastos das despesas que serão enviados por eles para que o CAU/SP possa fazer o  
362 acompanhamento depois. A conselheira titular **BERTHELINA ALVES COSTA** informou que a  
363 discussão é outra porque existem critérios para se entrar com o pedido de projeto de recurso do  
364 CAU, que já estão definidos, e o projeto interessa para o CAU, enquanto essa relação com a  
365 sociedade, tanto que foi colocado o tema. Declarou que não acha pertinente discutir se o CAU/SP  
366 irá interferir no projeto, porque quem irá organizar a Bienal é o IAB. Informou que o CAU/SP não  
367 tem que acompanhar se o tema apresentado vai ser aplicado ou não, porque foi realizado um  
368 projeto com tema de interesse do conselho para liberação do patrocínio, e se de repente a  
369 entidade usar o dinheiro para outro projeto isso tornará público e a entidade terá que devolver o  
370 valor. Reiterou que cabe uma fiscalização na prestação de contas. O conselheiro titular **JOÃO**  
371 **SETTE WHITAKER FERREIRA** informou que o patrocínio pedido é um apoio geral para um  
372 evento chamado Bienal da Arquitetura, feito pelo IAB de São Paulo, que todos conhecem e sabem  
373 do que se trata. É um apoio de patrocínio para o evento como um todo, não para partes desse  
374 evento ou para determinadas ações. Sendo assim, qualquer tipo de apoio necessita de uma  
375 prestação de contas para saber se o dinheiro não foi usado para outros fins. O patrocínio do  
376 CAU/SP faz parte de uma contribuição bastante ampla que o IAB normalmente, na busca da  
377 realização da Bienal, faz com outros órgãos, não só ao CAU. Declarou que o CAU precisa  
378 estabelecer uma política de patrocínio, para evitar problemas futuros com novos pedidos de  
379 patrocínio, desse modo, poderão ser estabelecidos critérios que expliquem o motivo de colaborar  
380 com patrocínios ou não. O conselheiro titular **JOSÉ ANTÔNIO LANCHOTI** declarou que o CAU  
381 tem que apoiar esse tipo de evento e sugeriu que fosse realizada, nas dependências de onde será  
382 realizada a Bienal, a Plenária do CAU/SP. A conselheira suplente **MIRTES MARIA LUCIANE**  
383 perguntou quais seriam as ações do projeto que estão mais alinhadas com a missão do CAU,  
384 caso o IAB não consiga o valor total do projeto. O Presidente informou que o dinheiro só pode ser  
385 usado caso a IAB consiga o valor total do projeto. Exemplificou que pelo edital de patrocínio, o  
386 CAU/SP só pode patrocinar até 80% (oitenta por cento) do evento, ou seja, se o evento custa R\$  
387 1.000.000,00 (um milhão de reais), o CAU/SP só poderá patrocinar até R\$ 800.000,00 (oitocentos  
388 mil reais), se a entidade não conseguir os outros R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) o patrocínio  
389 do CAU/SP é inviabilizado. A conselheira titular **MARCIA MALLET MACHADO DE MOURA**



390 indagou como ficaria o encerramento do ano fiscal de 2015, tendo em vista que a Bienal ocorrerá  
391 somente em 2016. O Presidente explicou que esse dinheiro referente ao patrocínio já estava no  
392 orçamento de 2015, e que o edital de patrocínio estipula datas de início e fim de processos, esse  
393 dinheiro será dado no momento da aprovação e assinatura de contrato, e o prazo para as notas  
394 serem empregadas é até maio de 2016, conforme o edital. O conselheiro titular **SILVIO ANTÔNIO**  
395 **DIAS** ressaltou a importância de se observar se existe orçamento e se ele se aplica a esse tipo de  
396 evento. Informou que o valor mencionado já está reservado para patrocínio e que não está em  
397 discussão se o CAU/SP poderia distribuir esse dinheiro entre outros projetos ou passa-lo apenas  
398 para o IAB. Ressaltou que a importância da Bienal é clara, mas devem ser ponderados os  
399 seguintes pontos: qual a contrapartida que a Bienal vai oferecer ao CAU; e até que ponto o CAU  
400 irá se apresentar diante à Bienal. O conselheiro titular **ALTAMIR CLODOALDO RODRIGUES DA**  
401 **FONSECA** explicou que a última Bienal custou quase R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) e  
402 está calculada para o ano de 2016 em R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), sendo assim, um  
403 evento de tamanha proporção é planejado durante um ano inteiro, portanto, as ações de despesas  
404 acontecem em dois exercícios, por esse motivo já havia a previsão orçamentária de patrocínio no  
405 ano de 2015, conforme dito pelo Presidente e certamente haverá para o ano de 2016. Informou  
406 que toda essa organização terá que ser complementada com a devida comprovação e as notas  
407 fiscais apresentadas deverão ser apensadas de acordo com o nível que foi programado na  
408 programação de despesas para 2015, desse modo, de fato e de direito, o dinheiro será utilizado  
409 até o dia 31. Ainda sim que se de uma forma incompetente, ou por algum outro resultado não  
410 pudesse ser utilizado até o dia 31, estaria inscrito no balanço de 2015, ou seja, existe uma plena  
411 regularidade no pleito e uma procedência. Reiterou a importância da participação do CAU em uma  
412 Bienal Internacional de Arquitetura. O conselheiro titular **JOÃO SETTE WHITAKER FERREIRA**  
413 perguntou se nas Bienais anteriores houve patrocínio CAU. O Presidente esclareceu que na  
414 anterior houve porque nas outras o CAU ainda não existia. O conselheiro titular **JOÃO SETTE**  
415 **WHITAKER FERREIRA** informou que é importante resgatar as participações anteriores, tanto do  
416 CAU como eventualmente do CREA, porque isso consolida efetivamente o que disse  
417 anteriormente que é uma argumentação que tem que ser construída para o futuro para solidificar o  
418 engajamento do CAU em relação ao evento chamado Bienal. Explicou que para o bem desse  
419 patrocínio no futuro é importante que isso seja inserido dentro de uma discussão mais ampla  
420 sobre: o que o CAU interessa ou não patrocinar. Nesse caso, declarou que é errado tentar saber  
421 qual é o retorno que o CAU tem, porque o patrocínio é institucional, o CAU está ajudando a Bienal  
422 existir e em troca terá uma visibilidade no evento. Declarou que a Bienal é um evento importante  
423 de ser patrocinado pelo CAU. O Presidente esclareceu que quando foi aberto o edital de patrocínio  
424 existia uma verba para os patrocínios e uma verba para os patrocínios especiais, que perfazia um  
425 total de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), desse valor R\$ 700.000,00  
426 (setecentos mil reais) foram dedicados a patrocínios especiais. Quando a Comissão Julgadora  
427 recebeu os pedidos de patrocínios tentou distribuir de forma a contemplar todos os pedidos de  
428 uma maneira harmoniosa entre todos. A conselheira titular **JACOBINA ALBU VAISMAN** declarou



429 que estanha verificar que os arquitetos têm dúvidas quanto à importância de uma Bienal de  
430 Arquitetura para os arquitetos. Lembrou que a Bienal anterior foi visitada por 250.000 (duzentas e  
431 cinquenta mil) pessoas e que ocupou toda cidade, tanto é que a Bienal de Arquitetura de Roterdã  
432 está fazendo uma parceria com a Bienal de Arquitetura de São Paulo. Informou que a melhor  
433 forma de se conhecer a profissão do arquiteto e suas atribuições é através das Bienais de  
434 Arquitetura. Desde que o edital foi respeitado e existem formas de verificar o uso do dinheiro, não  
435 consegue compreender os questionamentos dos conselheiros. O conselheiro titular **PAULO**  
436 **CANGUÇU FRAGA BURGO** informou que acompanha as Bienais desde o tempo que o  
437 conselheiro João Sette Whitaker Ferreira era vice-presidente do IAB, e acompanha os montantes  
438 necessários para realizar uma Bienal. Declarou que o papel do CAU junto a uma Bienal de  
439 Arquitetura é endossar a qualidade dos trabalhos dos profissionais que estão sendo mostrados,  
440 com arquitetos de qualidade e projetos de qualidade regulares com o exercício da profissão e não  
441 ficar bajulando em revista de decoração, evento de Casa Cor, não desmerecendo o exercício da  
442 arquitetura de interiores, mas tratando de arquitetura genérica, da arquitetura como um todo, que  
443 vem do projeto, da ideia, do croqui e da arquitetura conceitual, porque paralelo a esse grande  
444 evento existe inúmeros fóruns de discussão, inúmeras palestras. Com a fala, foram encerradas as  
445 inscrições. O Presidente colocou a aprovação do patrocínio especial em votação, que foi aprovada  
446 com 41 (quarenta e um) votos favoráveis, nenhum voto contra e 3 (três) abstenções. O Presidente  
447 esclareceu que se absteve em falar nessa votação, e que foi responsável pela organização de 5  
448 (cinco) Bienais e curador de 2 (duas) Bienais. Desse modo, sabe do esforço para realização de  
449 um evento desse porte. Declarou que o CAU deve estar presente e concordou com as colocações  
450 dos conselheiros Silvio Antonio Dias e João Sette Whitaker Ferreira, no sentido de ver como que o  
451 CAU deve conceituar esses patrocínios, evidentemente, se deve avaliar como essa maneira pode  
452 contribuir com isso. O que CAU não pode é deixar de participar. Declarou que tem que ser  
453 alertado a maneira como as contas devem ser prestadas, e a aprovação do evento, como  
454 colocado, é um evento preparatório, e dará dentro da área de atuação do CAU uma repercussão  
455 muito grande. **5) RENÚNCIA DO MEMBRO TITULAR, CONSELHEIRO JOÃO SETTE**  
456 **WHITAKER FERREIRA, DA COMISSÃO ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO E APROVAÇÃO DE**  
457 **MEMBRO SUBSTITUTO.** O Presidente informou que o conselheiro João Sette Whitaker Ferreira  
458 encaminhou uma correspondência à presidência dizendo da impossibilidade de participação na  
459 Comissão Especial de Comunicação, por motivos pessoais de compromissos já assumidos  
460 anteriormente. Informou a todos que o coordenador da comissão Antonio Celso sugeriu o nome da  
461 conselheira Anne Marie Sumner para que fosse o nome substituto. Explicou que por se tratar de  
462 Comissão Especial não é necessário pautar a aprovação do nome. O conselheiro titular **JOÃO**  
463 **SETTE WHITAKER FERREIRA** explicou que se se trata de incompatibilidade de agenda  
464 profissional com tarefas da comissão, desse modo, em vez de justificar sempre sua ausência  
465 abdicou do cargo para outro conselheiro com mais disponibilidade de tempo, desse modo,  
466 comunicou à presidência e enviou um resumo de suas sugestões da única reunião que participou  
467 a respeito da revista, material que pode ser disponibilizado para os conselheiros. **7) PALAVRA**





468 **DOS SRS. CONSELHEIROS.** A conselheira titular **LUCIANA RANDO DE MACEDO BENTO**  
469 informou que mesmo com protocolo de pedido de desligamento do CREA, desde que os arquitetos  
470 se desvincularam, continua recebendo guia para pagamento de anuidade. O Presidente sugeriu  
471 que seja encaminhado ao Departamento Jurídico para que sejam tomadas as providências  
472 cabíveis. O conselheiro titular **PIETRO MIGNOZZETTI** declarou que participou juntamente com o  
473 Presidente Gilberto do 3º Seminário Legislativo que aconteceu em Brasília e se sentiu na  
474 obrigação de elaborar um relatório com os principais pontos debatidos. Informou que houve uma  
475 cerimônia de abertura de Audiência Pública da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço  
476 Público da Câmara dos Deputados que propôs a data de 15 de dezembro como efetivamente a  
477 data do arquiteto e urbanista no Brasil, consolidando e confirmando o dia dos arquitetos e  
478 urbanistas no calendário das datas comemorativas. Outro ponto que chamou atenção durante o  
479 seminário foi a Mesa com o tema do Estatuto da Cidade e Estatuto da Metrópole, onde houve  
480 muito debate sobre esses dois estatutos, por definirem sobre diversos aspectos a atividade  
481 profissional dos arquitetos e urbanistas. Outra Mesa que houve bastante discussão foi a alteração  
482 no âmbito da Lei de Licitações, visando a retirada do Projeto Básico, e passarmos a ter os projetos  
483 definitivos, projetos executivos de todas as especialidades envolvidas na Lei de Licitações. O que  
484 é extremamente importante porque a lei consolida a profissão dos arquitetos de uma maneira mais  
485 do que importante para a sociedade e para o exercício profissional. Teve uma Mesa que tratou do  
486 tema de corrupção entre particulares, desse modo, reportou que houve uma intervenção dizendo  
487 que a questão não é a reserva técnica, mas sim a consolidação efetivamente, o RRT que deve ser  
488 o objeto de luta de estabelecer plenamente o Registro de Responsabilidade Técnica dos  
489 arquitetos e urbanistas. Foi aprovado que haveria movimentações de caráter político que deverão  
490 ser conduzidas pelo CAU/BR, no sentido de ser introduzido na legislação de licitações, ou a  
491 superação do Projeto Básico e as questões ligadas ao RRT. Informou que participou do GT de  
492 Desenvolvimento Urbano, onde se discutiu bastante toda participação na questão voltada ao  
493 desenvolvimento urbano, assistência técnica, mobilidade urbana e nas questões de acessibilidade  
494 da cidade, que o CAU tem que ter uma atuação sempre presente, e foi com a finalidade de  
495 melhorar as condições da sociedade brasileira de uma maneira geral. A conselheira suplente  
496 **MIRTES MARIA LUCIANI** informou que está representando o GT de Meio Ambiente, que tem a  
497 participação dos titulares: Eduardo Trani, o arquiteto Paulo Andre, Sergio Balde e Terezinha  
498 Ribeiro e substitutos: Elisete Kida e Fabricio Santos. Declarou que após a explanação das  
499 diretrizes aos GTs feitos pela presidência, iniciou-se uma reunião de trabalho com a participação  
500 de todos os membros do GT de Meio Ambiente. Feita uma rodada de apresentação das expertises  
501 dos docentes, definiu-se o nome para os cargos, sendo ela indicada como coordenadora-geral, o  
502 conselheiro Paulo Andre como coordenador-adjunto e como secretária a arquiteta Telma Ribeiro,  
503 professora universitária e profissional atuante na cidade de Tupã. Disse que a partir de então  
504 foram elencados temas relacionados ao meio ambiente que possam colaborar com a função do  
505 CAU/SP nos seus atributos de orientar e disciplinar atividade profissional, mas na medida em que  
506 tais temas são numerosos e complexos, surgiu o questionamento do que é mais importante para o



507 arquiteto e urbanista. Desse modo, estão trabalhando na elaboração de um questionário com  
508 pequena descritiva sobre os temas elencados, os quais poderão ser levados à Plenária para que  
509 os conselheiros dessa forma possam aferir o grau de importância de cada um, e a partir de então  
510 o Grupo de Trabalho possa traçar o cronograma de atuação. Solicitou ao CAU as atas do GT  
511 anterior, as quais serão estudadas no próximo encontro marcado para o dia 24 de julho com o  
512 intuito de dar continuidade aos trabalhos já realizados pelos GT de Meio Ambiente da gestão  
513 passada. O Presidente informou que o GT de Arquitetos no Serviço Público preparou um  
514 documento que já foi publicado no site, nesse sentido, a partir do momento em que o GT de Meio  
515 Ambiente preparar algum trabalho pode ser inserido no site do CAU/SP também. A conselheira  
516 suplente **MIRTES MARIA LUCIANI** declarou que um dos pontos definidos na reunião do GT de  
517 Meio Ambiente foi que querem ter uma atividade mais próxima aos conselheiros, porque o GT tem  
518 membros do interior e isso o torna muito rico e dinâmico. Como estão preparando uma proposta  
519 para verificação das questões ambientais no estado como um todo, através de viagens mensais,  
520 informou que está se preparando e estudando, o Mapa das Bacias Hidrográficas e o mapa  
521 geográfico das regionais do CAU, com a intenção de fazer uma sobreposição, o que verificou não  
522 ser possível. com a intenção de fazer uma sobreposição, o que verificou não ser possível. O  
523 Presidente informou que pedirá para que seja verificada essa informação e solicitará que seja  
524 atualizado o mapa geográfico das regionais do CAU no sentido de se conseguir fazer a  
525 sobreposição. O conselheiro titular **MARCELO MARTINS BARRACHI** informou que o CAU/BR  
526 solicitou para todos os CAUs UF que contribuam com o Regimento Interno Nacional, desse modo,  
527 será enviado um e-mail para todos os conselheiros explicando até a data qual data poderão se  
528 entregues essas colaborações, para que a Comissão Permanente de Legislação e Normas possa  
529 organizar todas essas contribuições para que seja lançada na próxima Plenária e entregues até o  
530 começo de setembro ao CAU/BR. O conselheiro titular **RONALD TANIMOTO CELESTINO**  
531 declarou que sua fala é como coordenador da Comissão Especial de Organização da 2ª  
532 Conferência Estadual de Arquitetos e Urbanistas, que tem como membros: Rosana Ferrari como  
533 coordenadora adjunta, Edson Elito, Claudete como relatora e Pedro Fiori. Informou que já foram  
534 realizadas 2 (duas) reuniões ordinárias com a participação das Diretorias Institucional e de Ensino.  
535 Disse que decidiram convidar para participar das demais reuniões, no sentido de otimizar e  
536 maximizar a realização da conferência, o coordenador da Comissão de Comunicação Antônio  
537 Celso Marcondes. Informou que foi encaminhada à presidência a proposta para realização da  
538 conferência nos dias 25 e 26 de novembro de 2015, e que espera retornar e apresentar todo  
539 projeto antes da próxima Plenária. Não havendo mais manifestações, o Presidente agradeceu a  
540 presença de todos e encerrou a 7ª Sessão Plenária Ordinária.

541 **GILBERTO SILVA DOMINGUES DE OLIVEIRA BELLEZA**

542 **Presidente do CAU/SP**